

UNIVERSIDADE DEL SALVADOR
FACULTAD DE HISTÓRIA Y LETRAS
DIRETOR: DR. HECTOR VALENCIA
BUENOS AIRES - ARGENTINA

TESE PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM LÍNGUAS MODERNAS



**“A LÍNGUA COMO VALIOSA HERANÇA DOS NOSSOS ANTEPASSADOS
ITALIANOS. SEU USO, TRANSFORMAÇÕES POR QUE PASSOU NESSES 130
ANOS”**

A IMIGRAÇÃO ITALIANA
A UTILIZAÇÃO DO DIALETO VÊNETO NA CONTEMPORANEIDADE

USAL
UNIVERSIDAD
DEL SALVADOR

**DOUTORANDA: MARLOVE SANTANA DOS SANTOS
PROFESSORA ORIENTADORA: DRA. SOENI BELLÉ**

**BENTO GONÇALVES – RS
JUNHO DE 2006.**

RESUMO

Os imigrantes italianos falavam o dialeto da região de origem. Falavam um italiano familiar (dialeto) com gírias e palavras que iam formando, para melhor se comunicar. Não se preocupavam em conservar o idioma de origem. O jornal "Il Colono Italiano", depois "Lá Libertá", "Stafetta Rio-Grandense" e, hoje, correio Rio-Grandense, escreviam suas matérias em italiano Vêneto. No mesmo estilo, publicou-se uma série de artigos. Tais artigos eram lidos, colecionados e formavam um livro que ainda é procurado, com interesse, pelos filhos de imigrantes. A despreocupação com o idioma pátrio e a formação dos dialetos regionais se deve a dois fatos:

(a) O imigrante não tinha estímulo para manter a consciência de povo italiano no Brasil, porque seu país se desinteressou, abandonando os imigrantes à própria sorte, o que deu abertura para a aculturação.

(b) Como grupos isolados, os imigrantes sentiam-se desligados da realidade brasileira. Os imigrantes italianos vieram em busca de pão e não de saber. Como buscar o saber se não tinham o que comer?

Criou-se a idéia da inutilidade do estudo. Ainda hoje, alguns filhos e netos de imigrantes acham que os filhos devem trabalhar e não estudar, porque dizem "o saber não alimenta". Os imigrantes e seus filhos não se preocupavam com a Itália, mas com os parentes e amigos que lá ficaram. Não se sentiam vinculados nem política, nem afetivamente à Itália. O dialeto perdurou por fatores ambientais e não por apego à Itália. Muitos não aprenderam o Português, porque não freqüentavam a escola. Muitas senhoras, idosas são analfabetas e elas explicam a razão dizendo que não têm negócios a fazer, por isso não há necessidade de saber ler e escrever. A sociabilidade e comunicação do italiano cresce para com as autoridades civis e religiosas, que, nas comunidades do interior, sabem falar o dialeto do lugar.

RESUMEN

Los inmigrantes italianos hablaban el dialecto de la región de su origen.

Hablaban um italiano hogareño com jerga y palabras que iban creando para obtener um mejor comunicación. No se preocupaban com uma conversación del idioma de origen. El periódico "Il Colono Italiano", después "La liberta" y "Stafetta Rio-grandense" escribían y, hoy día, "Correio Rio-Grandense" escribe sus temas em italiano véneto. Em el mismo estilo, se publicó uma serie de artículos, los cuales eran leídos, coleccionados y que se volvieron em um libro, que aún es buscado, com bastante interesse por los hijos de inmigrantes. La despreocupación com el idioma pátric y la formación de los dialectos regionales se debe a dos hechos:

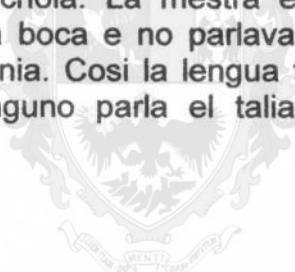
a) El inmigrante no ténia estímulo para mantener la conciencia de pueblo italiano em Brasil, porque su país se desinteresó y abandono los inmigrantes al azar, lo que dio apertura para la aculturación.

b) Como grupos aislados, los inmigrantes se volvían lejanos de la realidad brasileña. Los inmigrantes italianos vinieron buscar el pan y no el saber. Como buscar el saber si no tenían como alimentarse?

Se creó la idea de inutilidad del estúdio. Aún hoy, algunos hijos y nietos de inmigrantes piensan que los hijos deben trabajar y no estudiar, porque dicen: "el saber no alimenta". Los iminmigrantes y sus hijos no se preocupaban com Itália, pero si, com sus parientes y amigos que allá se quedaron. No se encontraban vinculados a la política, ni tampoco, afectivamente a Itália. El dialecto resistió por factores ambientales y no por arraigo a Itália. Muchos no aprendieron al português, porque no frecuentaban a la escuela. Muchas señoras, mayores son analfabetas y cuando son cuestionadas, explican la razón diciendo que no tienen negócios a hacer, por eso no hay necesidad de saber leer y escribir. La sociabilidad y comunicación del italiano aumenta para com lãs autoridades civiles y religiosas, donde em lãs comunidades del interior, saben hablar el dialecto del lugar.

SOMMARIO

I migranti taliani i parleva el dialeto de su regione de origine. I parleva um dialeto com parole che lú propi i formava e cosita lú se comunicava entre lori taliani. Dopo, in mezzo tutti, i cada uno drio parlare como i sapieva, i ga formato uma nova lengua, che sui fiolli anca i sui netti no lo ga imparà. Questo lè dialeto ahe si ga conservatto in tutti sti anni passai. Si il fiolli dei sui netti nhanca lo ga imparà, lè stato perale i gaveva vergonha de parlare il talian in mezzo a sui amici brasiliani. Ancora più quando i ga scomicià la schola. La mestra e i amici i parlava el brasilian (português). Lora lui i cerava la boca e no parlavan, perche noi voleva qui i altri sapiesse qui lui i era de la colônia. Così la lengua taliana lè stata sconta i hoddie poço lè parlatta o nhente, ninguno parla el talian ma si el brasilian (4^a i 5^a generacione no i lo parla).



USAL
UNIVERSIDAD
DEL SALVADOR

ABSTRACT

This study had the purpose of investigating why the fourth and the fifth generations of the Italian immigrants, in Bento Gonçalves, RS, don't speak the language of their ancestors, there is, the Italian language. It was characterized as a search supported on an ethnographic mark approach, trying to reflect the reality concerning the oral Italian expression. After reading many books about Italian migration, recorded and semi-structured interviews were used. Those instruments were significant, but not conclusive to discover why young people were born in Bento Gonçalves, Brazil, but raised here, and listening to the Italian language spoken by their parents and relatives, nowadays, they don't speak Italian. Although without a definite character and, then, open to a great deepening the findings in this study led to the considerations that young people born in Brazil, but growing up and listening to the Italian language spoken by their parents and relatives, nowadays they don't have interest to learn and to speak it. The nearest datum we could conclude, it was they (the fourth and the fifth generations) become Brazilian people and they are proud to speak their mother language – Portuguese. They consider Italian language like a strange language, not the language of their parents and their ancestors, who brought it to a new land, where they colonized it, planted immense regions of grape, made wine and helped to construct our huge Brazil.



Eu, Marlove S. dos Santos,
dedico este trabalho a Deus.

Que o “Mestre dos Mestres”
me ensine que nas falhas e
lágrimas se desculpe a sabedoria.

Que o “Mestre da
Sensibilidade” ensine a contemplar
as coisas simples e a navegar nas
águas da emoção.

Que o “Mestre da Vida” me
ensine a não ter medo de viver e a
superar os momentos difíceis.

Que o “Mestre do Amor” me
ensine que a vida é o maior
espetáculo no teatro da existência.

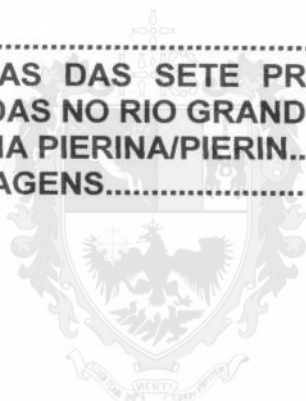
Que o “Mestre Inesquecível”
me ensine que os fracos julgam e
desistem, enquanto os fortes
compreendem e têm esperanças.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 UM POUCO DA HISTÓRIA DA LIBERDADE DE FALAR.....	14
1.1 DEFININDO TERMINOLOGIAS.....	27
1.1.1 Linguística	27
1.1.2 Antropologia	28
1.1.3 Língua.....	28
1.1.4 Cultura.....	29
1.1.5 Relação Língua e Cultura	30
1.1.6 Aquisição de Língua e Cultura.....	31
2 CAUSAS DA EMIGRAÇÃO.....	33
2.1 RELATOS DA IMIGRAÇÃO.....	35
2.1.1 Os maus tratos nos navios e na chegada	37
2.1.2 Os imigrantes transformaram a desgraça em prosperidade	39
3 AS CAUSAS DA EMIGRAÇÃO ITALIANA.....	41
3.1 AS CAUSAS INTERNAS OU NACIONAIS.....	41
3.2 CAUSAS EXTERNAS DA EMIGRAÇÃO.....	48
3.3 A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL	49
3.4 A LINGUAGEM DOS NÚMEROS.....	51
3.5 A VINDA PARA O BRASIL - A LONGA E HORRENDA VIAGEM.....	53
3.5.1 Os preparativos.....	53
3.5.2 A viagem de trem até Gênova.....	54
3.5.3 Partida para o desconhecido.....	56
3.5.4 A viagem.....	57
3.5.5 Na Nova Terra	59
3.5.6 No Rio Grande do Sul.....	61
3.5.7 Dormimos no chão como os animais.....	67
3.5.8 Outros Relatos.....	72
3.5.9 A chegada. A viagem para o destino. O assentamento. ..	74
3.6 OS SOFRIMENTOS CONTINUAM NA NOVA PÁTRIA.....	77
3.6.1 Por falta de dinheiro.....	77
3.6.2 Por falta de atendimento religioso	79
3.6.3 Por falta de paz.....	88
3.6.4 Por falta de atendimento sanitário.....	90

3.6.5 Por falta de escolas.....	93
3.6.6 Por falta de ajuda na agricultura.....	94
3.6.7 A praga dos ratos.....	95
3.6.8 Os gafanhotos.....	96
3.6.9 O flagelo da seca.....	97
3.6.10 Por terem tudo incômodo e desconfortável	98
3.7 RELIGIÃO E OS COSTUMES MORAIS.....	100
3.8 LOCOMOÇÃO E MEIOS DE TRANSPORTE.....	102
3.9 OS SOBRENOMES.....	105
3.10 TRANSFORMARAM A DESGRAÇA EM PROSPERIDADE.....	108
3.10.1 A árvore provincial e bendita	109
3.11 ORIGENS, HISTÓRIA E SIGNIFICADO DOS NOMES GEOGRÁFICOS DA COLÔNIA ITALIANA.....	111
4 A LINGUAGEM ORAL DA REGIÃO DE COLONIZAÇÃO ITALIANA NO SUL DO BRASIL.....	114
4.1 TRANSMISSÃO DA CULTURA DOMÉSTICA.....	118
4.2 DATAS E COMEMORAÇÕES FAMILIARES.....	119
4.3 MEDICINA SAÚDE E HIGIENE NA IMIGRAÇÃO ITALIANA.....	123
4.4 ALIMENTAÇÃO –VESTUÁRIO E COSTUMES.....	128
5 A VIVÊNCIA SOCIAL NA COLONIZAÇÃO ITALIANA.....	132
5.1 RELIGIÃO.....	133
5.2 A REGIÃO E O CLIMA.....	134
5.3 LOCALIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA.....	135
5.4 CONSTRUÇÃO DAS CASAS OU MORADIAS.....	137
5.4.1 Material de Construção.....	138
5.4.2 Modelo de Casas.....	139
5.4.3 Os móveis e armários	140
5.5 A CONSTITUIÇÃO FAMILIAR.....	141
5.5.1 O nome da família.....	141
5.5.2 Expectativa da Prole.....	144
5.5.3 A Educação Religiosa dos Filhos	145
5.6 NOMES, APELIDOS E ABREVIATURAS.....	145
5.7 A LINGUAGEM.....	146
5.8 EDUCAÇÃO, CULTURA E FORMAÇÃO NA IMIGRAÇÃO ITALIANA.....	149
6 OS DIALETOS ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL: CONVIVÊNCIA E MESCLA LINGÜÍSTICA.....	152
6.1 PROVÉRBIOS DIALETAIS ITALIANOS.....	165
6.1.1 Provérbios dialetais italianos: uso e função	168
7 MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES: UM MARCO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA.....	180
7.1 EDUCAÇÃO.....	180
7.2 SITUAÇÃO DA COLÔNIA.....	180
7.3 INSTRUÇÃO PÚBLICA.....	180
7.4 PROFESSORES.....	183
7.5 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA.....	184
7.5.1 Organização Didático-Pedagógica.....	184

7.6 SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	186
7.7 RELIGIÃO.....	189
7.7.1 Padroeiro do Município.....	189
7.7.2 Saga dos 120 anos.....	189
7.7.3 Os imigrantes e a festa da colheita.....	191
7.7.4 Capela das Almas começa a ter importância turística	192
8 PESQUISA DE CAMPO.....	194
9 ENTREVISTAS.....	199
9.1 ENTREVISTA COM IRMA, NETA DE IMIGRANTES ITALIANOS.....	199
9.2 ENTREVISTA COM LOURDES, NETA DE IMIGRANTES ITALIANOS.....	206
CONCLUSÃO.....	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	218
ANEXO A: REPORTAGENS.....	224
ANEXO B: CARACTERÍSTICAS DAS SETE PRINCIPAIS VARIEDADES (VITIS VINÍFERAS), CULTIVADAS NO RIO GRANDE DO SUL.....	235
ANEXO C: CONTO LOURDINHA PIERINA/PIERIN.....	238
ANEXO D: OUTRAS REPORTAGENS.....	246



USAL
UNIVERSIDAD
DEL SALVADOR

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da Língua Italiana, seu uso, transformações, pelas quais passou até hoje e como é vista e cultivada pelos descendentes atuais dos imigrantes italianos.

A língua é uma variável que se evidenciou relevante. Os dialetos são diversos de uma para outra região, conforme a localidade de origem dos imigrantes. Os dialetos possuem características próprias e se diversificam principalmente pelas razões: a formação de gírias próprias de cada comunidade, desvinculadas de sua localidade de origem; a diversidade dos dialetos existentes na própria Itália e as experiências culturais diversas das famílias que emigraram ao Brasil; o vaivém de operários italianos para a França.

No processo científico, tivemos consciência clara de que não se parte do nada. Há farta documentação sobre Imigração Italiana no aspecto histórico, independente da pobreza de dados referentes à sua vida e costumes. Temos a documentação e partimos para o campo da pesquisa, inquirindo, questionando pessoas de idade avançada, que ainda carregam vasta gama de recordações e seus descendentes. Estes, com menos conhecimentos históricos, mas ricos no campo da teoria propriamente dita, ou seja, nos conhecimentos passados de geração a geração. Minha aceitação pelos pesquisadores se evidenciou pela espontaneidade

com que as famílias visitadas ofereceram materiais fotográficos e outros documentos. A população entrevistada, tão logo entendeu que se tratava dos seus antepassados, dedicou-se, alegremente, a reconstruir tudo o que fosse possível. Os anciãos não perdiam oportunidade para descrever fatos pitorescos, histórias mirabolantes da vida primitiva, que poderiam ser foco de excelentes pesquisas para poetas e romancistas.

Há cem anos, o homem civilizado deitou seus olhos sobre as montanhas verdejantes da serra do Rio Grande do Sul.

A luz dos olhos do imigrante traziam uma vocação para as alturas, uma longa experiência de Terra, de vales férteis que sempre se renovam e também das terras que enfraqueceram e se viram cansadas ao longo dos séculos de cultivo permanente, de sementeira e de colheitas, de esperanças e também de frustrações mas, horizontes.

E aqui sonhou, viveu os seus temores e acreditou.

Foi ele que nos ensinou que este é o lugar ao mundo onde o amanhecer é o trabalho que se converte em fruto e o anoitecer, o repouso para os novos sonhos.

Das duras experiências de cada dia e da inquietação das guerras que viveram, os imigrantes arquitetos e artistas exerceram, também, papel importante nas áreas científica, política e cultural.

Nem tudo foi fácil. Tiveram de enfrentar muitas dificuldades. Foram persistentes. Criaram melhores condições de vida. Buscaram alternativas para diminuir a saudade da Terra natal. Muitos retornaram, mas a maior parte ficou. Criou raízes e passou a ser brasileira, sem nunca deixar de se sentir italiana.

Na longínqua Itália eram pequenos proprietários, agricultores, arrendatários, operários. Sobreviviam de baixos salários, com ameaças constantes de

desemprego. Conviviam com a certeza de que seus pais, bem como a Europa como um todo, não tinham o que lhe oferecer. Duro serviço militar, muitas guerras, pobreza generalizada, fome. Enfim, tudo isso ensejou aos italianos o vislumbre de “la cucagna in América”.

Só restava emigrar, talvez em outras pátrias poderiam construir a terra de seus sonhos. Assim partiam em busca de terras, trabalho e dignidade para si e para os seus.

Em 1875, aqui na Colônia Dona Isabel, hoje município de Bento Gonçalves, chegaram com modestas bagagens, quase sem nenhum dinheiro, trazendo a esperança, a fé religiosa e o desespero da larga viagem, perda de familiares e a surpresa de encontrar tudo por construir.

A inquietação e a conseqüente busca de respostas através da pesquisa são, sem dúvida, um grande elemento na produção científica. As histórias oficiais aí estão forjando as mentalidades dos nossos jovens e a pesquisa permite reescrevê-las. A interpretação e a construção da história não serão definidas, embora situada no passado, é constantemente repensada no presente. O presente interpreta o passado e o escreve. Dentro desta perspectiva, a inquietação do pesquisador vai percorrendo várias leituras da realidade.

À medida que juntamos nossos retalhos, pedaços de vida que perseguem o espírito, é que vamos construindo um processo, um movimento que vai se tornando concreto, que nos permite sentir a história reconstruída.

O tempo é inexorável. Aos poucos sedimenta o esquecimento sobre todas as coisas.

Muitos povos foram praticamente esquecidos por não terem registrado as suas histórias através da escrita.

O Vêneto, a língua de nossos ancestrais, mesmo sofrendo pressão da língua portuguesa, mesmo desgastado, resiste ao tempo em nossa região, principalmente no município de Bento Gonçalves. Município que hoje faz parte da Serra Gaúcha, recorte da Itália do século passado colado ao Brasil.



USAL
UNIVERSIDAD
DEL SALVADOR

1 UM POUCO DA HISTÓRIA DA LIBERDADE DE FALAR

Aceitamos como fato natural o direito de falar livremente. E desfrutamos deste direito fundamental e maravilhoso sem lembrar as terras travadas para conquistar tão preciosa prerrogativa.

Quando se defende com vigor o direito de falar, existe uma fé inabalável e uma tradição muito antiga.

Os historiadores encontram a origem da idéia de liberdade da palavra nas cidades-estados da Grécia, especialmente Atenas, a primeira democracia do mundo. Citam as palavras de Sócrates em 399 a.C.: “Uma sociedade sem liberdade de palavra seria o mesmo que um universo sem sol. Uma vida não provada pela discussão não vale a pena ser vivida”. Contudo, foram os atenienses que condenaram Sócrates à morte por manifestar seu pensamento ou, como expressaram em seu veredito hipócrita, por corromper os jovens com idéias”.

Séculos mais tarde, até a própria idéia da liberdade de palavra teve de renascer. Ela se expandiu através de tímidos incrementos, enquanto os reis e barões disputavam o poder na Europa medieval. Na Inglaterra, os barões reuniram-se em 1215 num prado em Runnymede e obrigaram o Rei João a assinar a Carta Magna. Não era uma constituição democrática, mas apenas uma remuneração dos

privilégios usuais dos barões. Mas para preservarem seus poderes assim reafirmados, os barões rebeldes criaram uma comissão permanente de 25 membros. Assim, involuntariamente, ajudaram a dar nascimento à instituição do Parlamento.

O Parlamento, o “lugar de falar”, permaneceu um instrumento ridículo contra a tirania real por mais de 500 anos – enquanto os reis puderam punir seus membros pelos que diziam dentro do recinto do Parlamento. Sem embargo e a despeito das ameaças e punições, repetidas vezes homens valentes desafiaram os reis e se manifestaram.

Exemplo característico foi a coragem de Peter Wentworth, que, em 1575, se ergueu para defender seu direito – e de todos os membros do Parlamento – de criticar o governo, os ministros da Rainha, e a própria Rainha. Ele foi aprisionado, julgado num tribunal superlotado e lançado na Torre de Londres. Mas tão veementos foram os protestos em todo o país, que a cautelosa Rainha Elizabeth o pos em liberdade após algumas semanas de prisão.

O direito a criticar dentro do Parlamento aumentou. Quando, em 1688, Guilherme e Mary subiram ao trono, o Parlamento só consentiu nisso depois de eles concordarem assinar um “Bill of Rights” (lista de direitos). Nenhuma de suas cláusulas era mais importante do que a que dizia: “A liberdade de palavra e de debates no Parlamento não deve ser embargada nem discutida em qualquer tribunal ou local fora do Parlamento”. Ali, afinal, as decisivas palavras “liberdade de palavra” foram francamente brasonadas.

Foi outra luta semelhante – a luta pela liberdade religiosa – que levou homens a exigirem liberdade de palavra fora do Parlamento. Quando o Rei Henrique

VIII rompeu com Roma, puniu os que hesitaram em acompanhá-lo nesse cisma. Sua filha católica, a Rainha Mary, perseguiu os protestantes ainda com maior vigor. Mas a caixa de Pandora por ele aberta ao afirmar sua própria liberdade de religião não pode ser fechada.

Os ingleses, às dezenas de milhares, convenceram-se de que suas crenças religiosas só deviam ser impostas por suas próprias consciências. Assim, quando a Rainha Elizabeth sucedeu à Rainha Mary e uma vez mais separou a Igreja Anglicana de Roma, por mais que tentasse não pode restaurar o conformismo. O número de puritanos e outros dissidentes foi aumentando. Por toda a Inglaterra o debate interminável sobre a religião estabeleceu a liberdade de palavra em assuntos religiosos...na prática, se não em lei escrita.

O novo Mundo deu impulso à causa da liberdade de palavra. Para encorajar a emigração para a América, os reis ingleses concederam uma longa série de cartas régias, especificando os direitos do povo. A Carta de Maryland, de 1632, incluiu certas prescrições de liberdade religiosa quase 60 anos antes de os ingleses obterem na pátria garantias equivalentes. A liberdade de palavra ainda não estava firmemente consagrada no Parlamento da Inglaterra quando o Conjunto de Liberdades de Massachusetts, em 1641, garantiu o direito de todo "habitante ou estrangeiro, livre ou não", de falar em reuniões públicas municipais.

Nem todos os primeiros que chegaram estavam dispostos a conceder direito de discordar a quem quer que diferisse deles. Em Massachusetts, por exemplo, os anciãos puritanos logo se envolveram em disputas com Roger Williams e seus partidários batistas. Mas Williams tinha apenas de fazer um percurso de 80 quilômetros em direção sudoeste para obter a liberdade de pensamento e de palavra

em suas próprias plantações de Providence. E, como o pequeno grupo de Williams, dezenas de milhares de outros através do século seguinte encontraram na fronteira que avançava lentamente a garantia perfeita do direito de se manifestarem, por mais cabeçudos, errados ou iludidos que fossem.

Às vésperas mesmo da Revolução Americana, e ainda durante os anos de luta atroz, os colonos tomaram o cuidado de proteger o direito de seus opositores à liberdade de palavra. Em 1765, a Câmara de Burgueses da Virgínia reuniu-se para votar uma série de vibrantes resoluções condenando a Lei do Selo como insuportável opressão. Mas, quando Patrick Henry propôs que quem quer que defendesse o direito no Parlamento de tributar os colonos fosse considerado inimigo do povo, os Burgueses rejeitaram decididamente essa proposta. Os colonos queriam afirmar seus próprios direitos, mas não fechar a boca, nem mesmo dos tories que havia entre eles. Já em 1777, por exemplo, o Ver. Edward Winslow, de Braintree, Massachusetts, pode orar publicamente por Jorge III.

Uma vez declarada a independência, as ex-colônias apressaram-se a redigir constituições estaduais incluindo declarações de direitos. A Constituição da Pensilvânia, adotada em agosto de 1776, foi a primeira na História a prescrever explicitamente que “as pessoas tem direito à liberdade de palavra”. Atrás de todas essas garantias havia a profunda convicção dos líderes da independência norte-americana de que a democracia só poderia funcionar se estivesse firme a liberdade de palavra. Jefferson, Madison, Franklin e outros haviam sido intensamente influenciados por filósofos como Rousseau, que viam no governo o resultado de contratos sociais em que as pessoas só cediam alguns de seus direitos naturais ao Estado, reservando cuidadosamente outros como direitos invioláveis do indivíduo.

Acima de todos estes, eles colocavam a liberdade de palavra, porquanto somente por seu exercício todas as outras liberdades poderiam ser defendidas contra o cerceamento por autoridades com tendências tirânicas.

Thomas Jefferson foi quem melhor expressou o ponto de vista comum ao esboçar o Estatuto da Liberdade Religiosa da Virgínia em 1786. “A verdade”, escreveu, “é grande e prevalecerá se for deixada em paz. Ela é o antagonista adequado e suficiente contra o erro e nada tem a temer do conflito oriundo da discussão e debate livres”.

A convenção que redigiu a Constituição Nacional dos Estados Unidos da América omitiu quaisquer outras novas garantias das liberdades individuais. A maior parte dos delegados julgou que os direitos pessoais podiam encontrar proteção adequada nas constituições estaduais. Entretanto, quando o Congresso submeteu a Constituição à aprovação dos Estados, desencadeou-se uma tempestade de oposição. A ratificação só foi conseguida mediante a promessa de que o Congresso faria da aprovação de emendas com uma Declaração de Direitos a sua primeira ordem do dia.

Coube ao jovem James Madison a tarefa de esboçar essas emendas. Incentivado por cartas de Thomas Jefferson, naquela época embaixador dos Estados Unidos em Paris, Madison planejou a Primeira Emenda como algo bem superior a um mero endosso do ideal da liberdade de palavra. “O Congresso não elaborará qualquer lei restringindo a liberdade de palavra”, escreveu ele.

As palavras e ações dos fundadores da nação norte-americana provocaram repercussões profundas no mundo inteiro. Já em 1789, enquanto o Congresso ainda

estudava as emendas da Declaração de Direitos dos Estados Unidos, os Estados-Gerais de França adotavam a Declaração de Direitos do Homem, moldada nas declarações de direitos já incorporadas à maioria das constituições dos Estados norte-americanos.

Desde então, praticamente todos os países independentes do mundo adotaram garantias semelhantes. Mesmo a Constituição soviética, aprovada em 1936, calmamente diz que “aos cidadãos da U.R.S.S. é garantida a liberdade de palavra”. No entanto, a amarga experiência dos povos por trás da Cortina de Ferro, e de outros em muitos dos Estados mais novos, testemunha amplamente que tais garantias podem nem valer o papel em que se acham escritas, a menos que os homens estejam dispostos a lutar por elas.

A garantia da liberdade de palavra nos Estados Unidos foi submetida à sua grande prova sete anos apenas após ser adotada. Em 1789, parecia iminente a guerra com a França, e uma histeria de espionagem varreu o país. Pressionado pelo Presidente John Adams, o Congresso aprovou as Leis de Estrangeiros e de Sedição. Esta última considerou crime – durante os três anos seguintes – criticar o governo ou provocar “desprezo ou difamação” do Congresso ou do Presidente da República.

O resultado foi um breve mas violento reinado de terror. O Deputado Matthew Lyon, do Vermont, foi preso por dizer que o Presidente Adams tinha “sede ridícula de pompa”. Vários outros homens foram tratados analogamente por franqueza ainda mais banal. A repulsa pública em breve derrotou o partido de Adams e elegeu Jefferson, que imediatamente perdoou a todos os que haviam sido condenados, e o novo Congresso deixou a Lei de Sedição expirar.

Durante os julgamentos de Lyon e outros transgressores, seus defensores nada conseguiram com objeções à validade da Lei de Sedição porquanto os tribunais federais ainda não tinham consagrado seu poder de decidir se os atos do Congresso eram ou não inconstitucionais. Em 1803, todavia, a Corte Suprema arrogou-se aquele direito e, desde então, tem sido o principal guardião dos direitos do povo norte-americano contra a usurpação pelo Congresso ou pelo Presidente.

Destarte, ao longo dos séculos, dezenas de decisões da Corte Suprema esclareceram o significado exato da liberdade de palavra, estabelecendo suas limitações onde ela entra em conflito com outros valores da comunidade e, mais amiúde, alargando seu campo de ação para adaptar-se a novas condições não previstas.

Hoje as limitações são poucas. Se a pessoa pronunciar obscenidades em público, poderá ser acusada de ofensa à moral. Se pronunciar “palavras agressivas” – daquelas que virtualmente forçam o adversário a tirar o paletó e agredi-la – a pessoa poderá ser detida até “esfriar”. Se uma pessoa difamar alguém, este poderá processá-la. Se suas palavras provocarem um “perigo nítido e atual” de incitamento à violação da ordem ou deposição do governo pela força – se, por exemplo, a pessoa instigar a turba a uma violência imediata – a polícia terá o direito de intervir e detê-la.

Por outro lado, os tribunais revogaram uma série de posturas municipais que tendiam a restringir a liberdade de palavra. Determinaram que um recinto público não pode ser franqueado a um grupo e vedado ao rival; que ninguém precisa de obter permissão oficial para levar a efeito uma reunião ou para falar num recinto privado; que os Estados e cidades devem permitir a utilização dos jardins e ruas

para discursos, estabelecendo apenas regulamentos absolutamente necessários a fim de evitar congestionamentos do tráfego ou manter a paz e o silêncio.

Logo que surgiu o cinema, muitas comunidades norte-americanas criaram comissões de censura para examinar os filmes antes de serem exibidos ao público e eliminar as cenas que julgassem obscenas ou cariliegas. Em 1952 a Corte Suprema resolveu que o direito à liberdade de palavra tornava anticonstitucional tal censura prévia. Hoje, na maioria dos Estados, nenhum exibidor precisa de permissão prévia para os filmes; porém, uma vez mostrados, ele poderá ser processado por obscenidade.

Todos os anos, até uma dúzia de casos referentes à liberdade de palavra costumam ser levados à Corte Suprema dos Estados Unidos. Agora, um caso crítico, relativo à lei de Connecticut que proíbe a disseminação de informações sobre controle da natalidade, está a caminho do mais alto tribunal norte-americano. Este terá de decidir se aquela lei estadual, é ou não um cerceamento anticonstitucional da liberdade de palavra.

Outro problema, investigado recentemente em audiências do Congresso, diz respeito à censura de pronunciamentos de oficiais das Forças Armadas em serviço ativo. Será essa censura uma contestação ao direito civil de um oficial de manifestar seu pensamento? Ou será um controle legítimo da política militar pela autoridade civil?

Observando a atenção dada pelos norte-americanos a essas questões, às vezes se conclui que a liberdade de palavra deles se encontra em perigo iminente. Não poderia estar mais equivocada. Os legisladores locais e até o Congresso

podem, eventualmente, decretar estatutos que tendem a restringir a liberdade de palavra. Policiais ou autoridades públicas mal orientados, às vezes, violam o direito de um cidadão a falar livremente. Mas os tribunais americanos revogam leis inválidas e anulam contestações ilegais desse direito.

É esta preocupação constante – dos tribunais, da imprensa e do povo dos Estados Unidos – de preservar e ampliar a liberdade de palavra que distingue fundamentalmente uma sociedade aberta da de todos os regimes totalitários, onde só podem manifestar-se aqueles que apóiam incondicionalmente o partido no poder. Como disse Andrei Vishinsky, promotor dos expurgos de Stalin na Rússia Soviética: “Em nosso Estado, naturalmente, não há nem pode haver lugar para a liberdade de palavra dos adversários do socialismo”.

Os norte-americanos não aceitam um critério tão fanático. Sua fé, hoje como quando a Constituição foi redigida, repousa na ampla liberdade de palavra tanto para críticos do governo e do partido governante como para os seus defensores.

Para uma grande porcentagem de povos, falar mais de uma língua, não é problema. Ao contrário, é algo de todos os dias, é parte de sua vida diária. O bilíngüe ou multilíngüe vai utilizar uma língua de acordo com as circunstâncias. É verdade que a maioria de uma população não domina mais de uma língua. Em países como o Canadá, onde o inglês e o francês são ambos língua oficial, uma grande porcentagem de sua população é bilíngüe, não todos, porém. Três são as possibilidades:

- o indivíduo domina ambas as línguas por igual

- que o conhecimento de uma delas seja superior à outra
- que fale unicamente uma.

Também há os casos de países onde se fala uma língua só e esta é considerada por alguns lingüistas como segunda língua. Na América do Norte, na Califórnia e mesmo em New York, a maioria dos espanhóis provenientes de Porto Rico, Cuba e México, utilizam o espanhol como primeira língua e o inglês como segunda. Na Nova Inglaterra, o francês é mais utilizado que o inglês e as comunidades indígenas de todo o país ainda mantêm a sua língua. A tudo isto, há de somar-se a língua dos grupos de imigrantes de diferentes raízes étnicas e seus descendentes nascidos no país que os acolheu. Estes não se põem em contato com a língua inglesa senão quando entram na Escola, que é quando se produz o choque lingüístico, sociológico e psicológico tão difícil de resolver. Bolívia é um exemplo onde o espanhol, língua oficial, reparte seu domínio com o Aimará e o Quéchua.

Até há pouco tempo, o conceito de raças passava por um crivo. Supunha-se que os indivíduos de grupos étnicos completos, ao cabo de um tempo, abandonavam essa língua nativa para mesclar-se com a população monolíngue. Agora, a América do Norte reconhece o valor da diversidade lingüística, internamente ligada à diversidade cultural e ao sacrifício que o indivíduo e seu grupo são submetidos quando tratam de sua inculturação. Cada grupo mantém sua identidade e sua língua é conservada.

Como língua e cultura estão intimamente ligadas, este processo deve prestar especial atenção ao problema de aquisição da segunda língua, o bilingüismo.

Em 1967, já promulgada a lei sobre educação bilíngüe na América do Norte, reconhecendo assim a importância de programas que melhorem a educação através do bilingüismo.

Ninguém tem o direito de despojar ninguém de sua língua e cultura, ninguém tampouco o direito de perder sua identidade em sua própria terra pelo avanço de outros povos que podem ser bem ou mal vindos.

Basicamente, considerava-se bilíngüe aquela pessoa que tinha a capacidade de poder comunicar-se em outra língua, que não a sua, isto é, que praticasse o uso alternado das duas línguas. Muitos são os fatores que contribuem para afetar a competência de duas ou mais línguas: a idade, a oportunidade de uso da língua, o agrado emocional e a função social.

Diglosia é o uso de uma ou mais línguas dentro de uma mesma região geográfica. É uma característica da sociedade. Em uma sociedade diglósica podem existir indivíduos que falem uma só língua, ou duas, ou até mais de duas.

Os termos diglosia e bilingüismo se confundem com muita facilidade.

A problemática que surge é a língua a utilizar na instrução, especialmente nos primeiros níveis.

A confusão de línguas traz o desentendimento político. A língua une as raças.

As distintas correntes imigratórias não aceitaram de imediato a fusão das línguas. Os filhos dos imigrantes se educaram em sua língua de origem, na Califórnia, em 1917.

Os investigadores consideraram que as crianças bilíngües se adiantaram menos. Não se analisava a bagagem cultural, nem os grupos em si.

No Canadá, nos anos 60, comprovou-se que os alunos do grupo bilíngüe obtinham melhores resultados, possuíam uma estrutura mais diversificada e mais flexibilidade de pensamento.

Outra teoria apresentada é a que os que falam só a língua materna, têm menos firmeza na escrita e na leitura.

Um dos elementos-chaves da aprendizagem de línguas é o educador: este deve ter confiança em sua habilidade de ensinar, utilizar métodos ativos, que permitam aos estudantes comunicar-se claramente e controlar o progresso na aprendizagem através de feedback (avaliação). A síndrome do “pobrezinho” não existe mais. Todos devem saber que podem e têm condições de aprender. O mundo atual tende a um multilinguismo, respeitando, contudo, a minoria com sua língua, sua história, sua cultura, sua identidade.

A maioria dos bilíngües não fala a segunda língua com fluidez.

Cada população que usa uma segunda língua é um grupo diferenciado dos que usam somente a língua materna.

Cada comunidade de falantes tem regras de como se deve falar certos temas, em situações particulares em que se demonstre respeito, amizade, etc. em